

ASSUNTO	PL	APENSADOS	APRESENTAÇÃO	AUTOR	SITUAÇÃO	EMENTA	FORMA DE APECIAÇÃO	REGIME DE TRAMITAÇÃO	DESPACHO ATUAL
ACUPUNTURA	PL 1549/2003	PL 2284/2003 PL 2626/2003	24/07/2003	Celso Russomanno - PP/SP	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	17/09/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do Requerimento de Retirada de Proposição de Iniciativa Coletiva n. 2430/2019, pelo Deputado Celso Russomanno (REPUBLIC/SP), que "Requeremos a retirada de tramitação do Recurso nº 38/2019 (recurso contra apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 1.549/2003), a fim de que a matéria possa seguir diretamente ao Senado Federal dispensando a competência do Plenário
ACUPUNTURA	PL 531/2019		06/02/2019	Erika Kokay - PT/DF	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Acupuntura.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	06/06/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Designado Relator, Dep. Alexandre Padilha (PT-SP)
ANTIMICROBIANO - SO COM RECEITA	PL 6492/2006		17/01/2006	Sandra Rosado - PSB/RN	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	A dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos, de uso humano ou veterinário, somente pode ser efetuada sob prescrição de profissional habilitado, mediante apresentação e retenção do original da prescrição na farmácia ou drogaria.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	13/11/2013 - PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Recurso contra apreciação conclusiva de comissão (Art. 58, § 1º c/c art. 132, § 2º, RICD) - 254/2013, pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que: "Contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 6.492, de 2006, que dispõe sobre a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos".
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - CIDADE MENOS 100 MIL HAB.	PL 10135/2018	PL 8990/2017	25/04/2018	Simone Morgado - PMDB/PA		Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 6º da Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, para dar tratamento diferenciado às farmácias de pequeno porte situadas em municípios com menos de 100 mil habitantes, no que tange à exigência da presença do farmacêutico.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	22/11/2018 - Defendido o Requerimento n. 9.218/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 1.544/2015, nos termos do art. 104, caput, c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Por conseguinte, submeta-se ao Projeto de Lei n. 8.990/2017 a apreciação conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD) e ao regime de tramitação ordinário. Outrossim, apense-se o Projeto de Lei n. 10.135/2018 ao Projeto de Lei n. 8.990/2017. Publique-se. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 8.990/2017: a CSSF e a CCJC (art. 54, do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD). Regime de tramitação: ordinário (art. 151, III, do RICD)."
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - INTERIOR	PL 9919/2018	PL 8301/2017	03/04/2018	Domingos Neto - PSD/CE	Apensado ao PL 8301/2017	Cria o Programa de Fortalecimento e Interiorização da Assistência Farmacêutica e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	07/06/2018 - Em razão da Decisão da Presidência de 23 de maio de 2018, que tornou sem efeito a devolução das proposições apresentadas sem a estimativa de impacto orçamentário e financeiro referida no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, determine a seguinte distribuição ao PL 9919/18 (Apense-se à(s)) PL-8301/2017. Em razão desta apensação, determine que a CFT também se manifeste quanto ao mérito da matéria. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - ISENÇÃO ÀS CLÍNICAS	PL 8990/2017		31/10/2017	Ricardo Iuar - PP/SP	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, a fim de dispor que as clínicas e consultórios que mantêm estoque de medicamentos, para serem usados exclusivamente em exames e estudos dispensados da exigência de assistência técnica de farmacêutico habilitado para seu funcionamento.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	22/11/2018 - Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 1.544/2015, nos termos do art. 104, caput, c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Por conseguinte, submeta-se o Projeto de Lei n. 8.990/2017 à apreciação conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD) e ao regime de tramitação ordinário. Outrossim, apense-se o Projeto de Lei n. 10.135/2018 ao Projeto de Lei n. 8.990/2017. Publique-se. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 8.990/2017: a CSSF e a CCJC (art. 54, do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD). Regime de tramitação: ordinário (art. 151, III, do RICD).]
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - NA DISPENSAÇÃO E MANIPULAÇÃO	PL 2459/2011	PL 4135/2012, PL 2459/2011, PL 3669/2012	04/10/2011	Valdemar Costa Neto - PP/SP	Apensado ao PL 4135/2012	Acrescenta § 4º ao art. 15 da Lei nº 5.981, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Obriga os serviços de saúde que dispensem ou manipulem medicamentos a fornecerem a assistência de farmacêutico como técnico responsável.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 I	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	02/07/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-4135/2012
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - NO MEI E MICROEMPRESA	PL 900/2019	PL 10135/2018	19/02/2019	Baleia Rossi - MDB/SP	Apensado ao PL 10135/2018	Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, para dispor sobre a presença de farmacêutico nas farmácias constituídas como Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	14/03/2019 - Apense-se à(s) PL-10135/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - NO SUS	PL 2099/1999	PL 3171/2000, PL 7446/2002.	24/11/1999	Zaire Rezende - PMDB/MG	Apensado ao PL 3171/2000	Dispõe sobre a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	17/12/2002 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 7446/2002.
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - NO SUS	PL 7446/2002	PL 2099/1999	10/12/2002	José Carlos Coutinho - PFL/RJ	Apensado ao PL 2099/1999	Estabelece a assistência farmacêutica no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	17/12/2002 - Apense-se ao PL-2099/1999 (DESPACHO NICIAL)
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA - SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS	PL 8012/2017	PL 5801/2016	05/07/2017	Rômulo Gouveia - PSD/PB	Apensado ao PL 5801/2016	Acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 13.021 de 8 de agosto de 2014, para dispor sobre os serviços e procedimentos relacionados à assistência farmacêutica.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	14/07/2017 - Apense-se à(s) PL-5801/2016. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
BULÁRIO	PL 2471/2015	PL 4526/2008	04/08/2015	Sergio Souza - PMDB/PR	Apensado ao PL 4526/2008	Estabelece a obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula magistral em medicamentos manipulados para uso humano e dá outras providências	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	13/08/2015 - Apense-se à(s) PL-4526/2008. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade
BULÁRIO	PL 6625/2016	PL 2471/2015	07/12/2016	Marcos Rotta - PMDB/AM	Apensado ao PL 2471/2015	"Torna obrigatório às farmácias magistrais a incluírem nas medicações manipuladas, bula orientacional."	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	20/12/2016 - Apense-se à(s) PL-2471/2015. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
BULÁRIO	PL 2245/2019	PL 5497/2013	11/04/2019	Edna Henrique - PSD/PB	Apensado ao PL 5497/2013	Altera a Lei 13.021, de 8 de agosto de 2014, que "dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas" para obrigar a disponibilização do acesso imediato dos consumidores às bulas de medicamentos.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	07/05/2019 - Apense-se à(s) PL-5497/2013. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)

BILÁRIO	PL 426/2019		05/02/2019	Rubens Bueno - PPS/PR	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Acrescenta o §2º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que o número de lote e as datas de fabricação e validade dos medicamentos devem ser impressos nos rótulos e embalagens primárias e secundárias de forma visível, ostensiva e acessível para o consumidor.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	18/09/2019 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) Designado Relator, Dep. Capilão Wagner (PROS-CE)
CANNABIS	PL 10549/2018	PL 7270/2014	10/07/2018	Paulo Teixeira - PT/SP	Apensado ao PL 7270/2014	Disciplina o controle, a fiscalização e a regulamentação do uso da "cannabis" e de seus derivados e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	13/07/2018 - Apense-se à(ao) PL-7270/2014. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
CONSELHOS	PL 7036/2017		07/03/2017	Onyx Lorenzoni - DEM/RS	Prompta para Pauta na Comissão de Educação (CE)	Altera a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que regulamenta a profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária; limitando a 10% (dez por cento) a carga horária total, na modalidade presencial, do curso de graduação, restrita a conteúdos de formação geral.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	02/04/2019 - Comissão de Educação (CE) Mantido o parecer do Relator, Dep. Sístenes Cavalcante Interior teor Parecer do Relator, Dep. Sístenes Cavalcante (DEM-RJ), pela aprovação, com substitutivo. Interior teor Apresentação do Requerimento n. 57/2019, pelo Deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir os Projetos de Lei nºs. 2.891, de 2015 e 7.036, de 2017".
CONSELHOS	PL 2626/2003	PL 1549/2003	27/11/2003	Chico Alencar - PT/RJ	Apensado ao PL 1549/2003	Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Acupuntura.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	20/02/2019 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-268/2019.
CONSELHOS	PL 9637/2018	PL 650/2007	27/02/2018	Ledimás Cristina - PDT/CE	Apensado ao PL 650/2007	Altera a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, para nela incluir a obrigatoriedade da realização de exame de proficiência para a obtenção de inscrição profissional	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	22/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-430/2019. Interior teor Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-430/2019
CONSELHOS	PL 1885/2019	PL 7050/2017	28/03/2019	José Medeiros - PODE/MT	Apensado ao PL 7050/2017	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de junho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	15/04/2019 - Apense-se à(ao) PL-7050/2017. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
CONSELHOS	PL 7050/2017	PL 1885/2019 - PL 4511/2019 - PL 313/2019 (1), PL 4184/2019	08/03/2017	Professor Victório Galil - PSC/MT	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	25/09/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento n. 2.350/2019, conforme o seguinte despacho: Defiro o Requerimento n. 2.350/2019, nos termos dos arts. 142 e 143, II, "b", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Apense-se o Projeto de Lei nº 313/2019 a seus apensados ao Projeto de Lei nº 7.050/2017. Em consequência, revejo o despacho de distribuição aposto ao Projeto de Lei nº 7.050/2017 para incluir como competente quanto ao seu mérito a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Física. Publique-se. Ofício-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL Nº 7.050/2017: CTASP; CIDOSO; CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD)].
CONSELHOS	PL 722/2019	PL 1004/2011, PL 4630/2019	13/02/2019	André Fufuca - PP/MA	Apensado ao PL 1004/2011	Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	04/09/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) à(à) PL-4630/2019
CONSELHOS	PL 3979/2019		09/07/2019	Eduardo Bismarck - PDT/CE	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.			29/08/2019 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Rogério Correia (PT-MG)
CONSELHOS	PEC 108/2019		09/07/2019	Poder Executivo	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	02/10/2019 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Edio Lopes (PL-RR)
CONSOLIDAÇÃO LEIS SANTÁRIAS	PL 3343/2008	PL 4247/2008	29/04/2008	Rita Camata - PMDB/ES	Apensado ao PL 4247/2008	Consolida a legislação federal em saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Especial (Art. 213, § 6º, RICD)	25/03/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-4247/2008
CONSOLIDAÇÃO LEIS SANTÁRIAS	PL 4247/2008	PL 3343/2008	06/11/2008	Senado Federal - Tíbo Viana - PT/AC - PLS 619/2007	Prompta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Consolida a legislação sanitária federal.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Especial (Art. 213, § 6º, RICD)	06/07/2012 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 07/07/12, PÁG 25514 CDL 02, Letra B. 29/04/2014 PLENÁRIO (PLEN) Induzida a votação em face do encerramento da Sessão.
DESCARTE	PL 8278/2014	PL 5705/2013	17/12/2014	Heuler Cruvinel - PSD/GO	Apensado ao PL 5705/2013	Dispõe sobre a participação de farmácias, drograrias e laboratórios farmacêuticos no descarte e na destinação final de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo, em todo Território Nacional, e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-132/2019.
DESCARTE	PL 5152/2016	PL 2121/2011	04/05/2016	Alfredo Nascimento - PR/AM	Apensado ao PL 2121/2011	Dispõe sobre responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-132/2019
DESCARTE	PL 211/2019		04/02/2019	Roberto de Lucena - PODE/SP	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para promover a doação de alimentos e de remédios.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	02/10/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o Requerimento n. 2.516/2019, conforme despacho do seguinte teor: Defiro o Requerimento n. 2.516/2019, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Desapense-se do Projeto de Lei nº 211/2019 o Projeto de Lei nº 4.091/2019. Em consequência, dou ao Projeto de Lei nº 4.091/2019 o seguinte despacho de distribuição: As Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD) sob o regime ordinário de tramitação (art. 151, III, do RICD). Publique-se. Ofício-se.

DESCARTE	PL 2121/2011	PL 2148/2011 (1), PL 2148/2011, PL 1109/2015, PL 2484/2011, PL 5705/2013 (1), PL 8278/2014, PL 6160/2013 (2), PL 893/2015, PL 2674/2015, PL 7251/2017, PL 7064/2014 (2), PL 6776/2016, PL 7464/2017, PL 5152/2016	24/08/2011	Walney Rocha - PTB/RJ	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	05/09/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Parecer do Relator, Dep. Marx Beltrão (PSD-AL), pela aprovação deste, e dos PLS nºs 2.148/2011, 2.494/2011, 5.705/2013, 6.160/2013, 7.064/2014, 5.152/2016, 1.109/2015, 8.279/2014, 893/2015, 2.674/2015, 7.251/2017, 6.776/2016, e 7.464/2017, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.
DESCARTE	PL 1134/2019	PL 11186/2018	26/02/2019	Amaro Neto - PRB/ES	Apensado ao PL 11186/2018	Dispõe sobre a logística reversa de medicamentos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	03/04/2019 - Apense-se à(o) PL-11186/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
DESCARTE	PL 7064/2014	PL 2121/2011	05/02/2014	Alexandre Rosso - PSB/RS, Paulo Foletto - PSB/ES	Apensado ao PL 2121/2011	Dispõe sobre o recolhimento de medicamentos vencidos e a devolução de medicamentos excedentes ainda em validade, e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-132/2019.
DESCARTE	PL 5705/2013	PL 2121/2011, PL 8278/2014	05/06/2013	Onofre Santo Agostini - PSD/SC	Apensado ao PL 2121/2011	Dispõe sobre a participação de farmácias, drogarias e laboratórios farmacêuticos no descarte e na destinação final de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo, em todo Território Nacional, e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-132/2019
DESCARTE	PL 2148/2011	PL 2121/2011, PL 1109/2015	30/08/2011	Lourival Mendes - PTdoB/MA	Apensado ao PL 2121/2011	Torna obrigatória a criação de pontos de coleta para recolhimento de resíduos de medicamentos nas farmácias e drogarias.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-132/2019.
DESCARTE	PL 7464/2017	PL 7064/2014	24/04/2017	Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	Apensado ao PL 7064/2014	Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a devolução dos medicamentos não utilizados pelo consumidor, junto às farmácias que realizaram sua dispensação, e a restituição dos valores pagos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	09/05/2017 - Apense-se à(o) PL 7064/2014. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
DESCARTE	PL 1258/2019	PL 10349/2018	27/02/2019	Helio Lopes - PSL/RJ	Apensado ao PL 10349/2018	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos nas hipóteses de dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	04/04/2019 - Apense-se à(o) PL-10349/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
DESCARTE	PL 1261/2019	PL 11186/2018	27/02/2019	Juninho do Preu - DEM/RJ	Apensado ao PL 11186/2018	Dispõe do descarte seguro de medicamentos vencidos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/03/2019 - Apense-se à(o) PL-11186/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
DIVERSOS	PL 3344/2012	PL 4365/2008, PL 4122/2019	06/03/2012	Ademir Camilo - PSD/MG	Apensado ao PL 4365/2008	Dispõe sobre a emissão e o controle do reatário de atividades médicas específicas e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	29/07/2019 - Apense-se a este(a) o(a) PL-4122/2019.
DIVERSOS	PL 9920/2018	PL 7723/2017	03/04/2018	Felipe Bornier - PROS/RJ	Apensado ao PL 7723/2017	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência ingressar e permanecer em ambientes público ou privado de uso coletivo acompanhada de cão-guia ou de cão de assistência.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	12/04/2018 - Apense-se à(o) PL-7723/2017. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
DIVERSOS	PL 2028/2015		18/06/2015	Alice Portugal - PCdoB/BA	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Acrescenta o inciso XLII ao art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para configurar como infração sanitária a violação do sigilo das prescrições médicas e estabelecer as penas respectivas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	26/06/2015 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II, Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária
DIVERSOS	PL 2070/2019	PL 350/2019	04/04/2019	Célio Studart - PV/CE	Apensado ao PL 350/2019	Permite o ingresso de animais domésticos e de estimação em hospitais para visita de pacientes internados	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	23/04/2019 - Apense-se à(o) PL-350/2019. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
EAD	PL 2692/2019	PL-10997/2018	08/05/2019	Otoni de Paula - PSC/RJ	Apensado ao PL 10997/2018	É garantido aos alunos o direito de gravar as aulas através de equipamentos que capturem áudio ou áudio e imagem.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	03/06/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se à(o) PL-10997/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões
EAD	POC 961/2018		05/06/2018	Orilando Silva - PCdoB/SP	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Educação (CE)	Susta o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	14/06/2018 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) As Comissões de Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)
EAD	PL 508/2011		22/02/2011	Senado Federal- Augusto Botelho - S/Piar/RR	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ)	Acrescenta incisos ao art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino. Atendimento em local especial e recursos pedagógicos de educação à distância.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	18/05/2015 - Despacho exarado no Requerimento n. 898/2015, do seguinte teor: "Oficie-se ao Requerente, informando que os despachos de distribuição apontados aos Projetos de Lei n. 1.212/2009, 1.565/2007, 2.487/2007, 3.568/2008, 4.527/2008, 5.052/2009, 6.014/2009, 6.619/2009, 6.892/2010, 7.953/2010, 117/2011, 188/2011, 320/2011, 508/2011, 516/2011, 648/2011, 905/2011, 1.118/2011, 1.784/2011, 2.097/2011, 2.339/2011, 2.984/2011, 3.696/2012, 3.697/2012, 3.800/2012, 4.282/2012, 4.334/2012, 4.480/2012, 4.537/2012, 4.815/2012, 5.359/2013, 6.144/2013, 6.470/2013, 6.893/2013, 7.246/2014, 7.310/2014, 7.392/2014.
EAD	PL 3398/2015	PL-1455/2007	22/10/2015	Reginaldo Lopes - PT/MG	Apensado ao PL 1455/2007	Dá nova redação ao Art. 25 do decreto nº 6040, de 27 de fevereiro de 2007, que institui o regime Penitenciário Nacional, obrigando os Estados e a União a disponibilizarem ensino a distância - EAD, nas modalidades básica, profissionalizante, superior e de pós-graduação, aos detentos do Sistema Prisional.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	10/11/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se à(o) PL-1455/2007. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.
EAD	PL 3998/2019		10/07/2019	Bibo Nunes - PSL/RS	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de tecnologia de biometria para a identificação e autenticação de estudantes durante a realização de avaliações na modalidade Educação a Distância (EAD).	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	04/09/2019 - Comissão de Educação (CE) Designada Relatora, Dep. Dr. Soraya Manato (PSL-ES)
EAD	PL 5414/2016	PL 6858/2017, PL 7121/2017, PL 8445/2017	31/05/2016	Rodrigo Pacheco - PMDB/MG	Promta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Proíbe o incentivo do desenvolvimento e vetoação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	21/08/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Aprovado requerimento da Sra. Alice Portugal (PCdoB-BA), que: "Requer o desarquivamento de proposições que especifica".
EAD	PL 7121/2017	PL 6858/2017	15/03/2017	Alice Portugal - PCdoB/BA	Apensado ao PL 6858/2017	Acrescenta o § 3º ao art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a autorização e o reconhecimento dos cursos de graduação da área de saúde que sejam ministrados na modalidade a distância.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	13/02/2019 - PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Desarquivamento de Proposições n. 366/2019, pela Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que: "Requer o desarquivamento de proposições que especifica".

EAD	PL 4432/2019		13/08/2019	Abreu Anni - PSL/SP	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para obrigar a constar nos diplomas e nos documentos de identificação emitidos pelos Conselhos de Classe, quando se tratarem de profissionais da área de saúde, a informação de que o curso foi realizado por Ensino a Distância ("EAD"), e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	26/08/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) As Comissões de Seguridade Social e Família, Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)
EAD	PL 6858/2017	PL 5414/2016, PL 7121/2017	08/02/2017	Rômulo Gouveia - PSD/PB	Apensado ao PL 5414/2016	Acrescenta o § 1º-A ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a autorização, a renovação da autorização, o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos superiores de graduação na área de saúde humana e animal que sejam totalmente ministrados na modalidade a distância.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	21/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REG-175/2019.
EAD	PL 8445/2017	PL 5414/2016	31/08/2017	Luciano Durci - PSB/PR	Apensado ao PL 5414/2016	"Dispõe sobre a vedação da criação e da oferta de cursos superiores de Enfermagem na modalidade da educação a distância (EAD)".	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	21/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REG-175/2019
EAD	PL 7015/2010	PL 4221/2004, PL 6351/2016	23/03/2010	Wilson Picler - PDT/PR	Apensado ao PL 4221/2004	Altera a Lei nº 9.394, de 1996, concedendo as mesmas prerrogativas legais dos portadores de diplomas presenciais aos portadores de diploma de cursos de educação à distância.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	30/03/2010 - Apense-se à (ao) PL-4221/2004. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade
EAD	PL 6351/2016	PL 7015/2010	19/10/2016	Marco Antônio Cabral - PMDB/RJ	Apensado ao PL 7015/2010	Acresce § 9º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para impedir a diferenciação entre o diploma conferido ao discente na modalidade E.A.D. e o discente presencial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	09/11/2016 - Apense-se à (ao) PL 7015/2010. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade
EAD	PL 4221/2004	PL 4625/2004, PL 6922/2006 (1), PL 8925/2017, PL 3242/2008 (4), PL 7217/2014, PL 7615/2014 (1), PL 2806/2015, PL 3421/2015, PL 6137/2005, PL 7015/2010 (1), PL 6351/2016	06/10/2004	João Matos - PMDB/SC	Apensado ao PL 4221/2004	Estabelece as Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Superior e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	20/02/2018 - PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 8081/2018, pelo Deputado Luiz Carlos Houly (PSDB-PR), que: "Requer, nos termos regimentais, a desapensação do Projeto de Lei nº. 3109/2008 do Projeto de Lei 4221/2004".
EAD	PL 3758/2015		25/11/2015	Reginaldo Lopes - PT/MG	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	Institui Sistema Nacional de Educação a Distância.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	02/04/2019 - Comissão de Educação (CE) Designada Relatora, Dep. Luiza Canziani (PTB-PR)
EAD	PL 2891/2015		03/09/2015	Orilando Silva - PCdoB/SP	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem, para nela incluir a obrigatoriedade de formação exclusivamente em cursos presenciais para os profissionais da área".	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	14/03/2019 - Comissão de Educação (CE) Designada Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA)
EAD	PL 325/2011	PL 5797/2009	09/02/2011	Rubens Bueno - PPS/PR	Apensado ao PL 5797/2009	Altera o art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor que os benefícios no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES são aplicáveis a cursos superiores presenciais ou à distância.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	05/02/2019 - PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 167/2019, pelo Deputado Rubens Bueno PPS, que: "Requer o desarquivamento de Proposições".
EAD	PL 5797/2009	PL 325/2011	14/08/2009	Felipe Maia - DEM/RN	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e o art. 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para dispor que os benefícios no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e do Programa Universidade para Todos - PROUNI são aplicáveis a cursos superiores presenciais ou à distância.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	25/03/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REG-167/2019.
EAD	PL 3398/2015	PL 1455/2007	22/10/2015	Reginaldo Lopes - PT/MG	Apensado ao PL 1455/2007	Dá nova redação ao Art. 25 do decreto nº 6049, de 27 de fevereiro de 2007, que institui o regime Penitenciário Nacional, obrigando os Estados e União a disponibilizarem ensino a distância – EAD, nas modalidades: básica, profissionalizante, superior e de pós-graduação, aos detentos do Sistema Prisional.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	10/11/2015 - Apense-se à (ao) PL-1455/2007. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade
EAD	PL 1171/2019	PL 1549/2019	26/02/2019	Dr. Jaziel - PR/CE	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	10/07/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Aprovado requerimento do Sr. Dr. Zacharias Calli que requer realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 1.171/19 e PL 1.549/19 que tratam sobre educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agrônoma. Aprovado requerimento do Sr. Dr. Zacharias Calli que requer realização de Audiência Pública para debater sobre o PL 1.171/19 e PL 1.549/19 que tratam sobre educação a distância nas graduações dos cursos da saúde e da engenharia civil e agrônoma.
EAD	PL 1549/2019	PL 1171/2019	19/03/2019	Schiavinato - PP/PR	Apensado ao PL 1171/2019	O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, salvo nos cursos de formação da área da saúde e engenharia ligada a construção civil e agrônoma".	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	04/04/2019 - Apense-se à (ao) PL-1171/2019. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
FARMACÉUCO 30 HORAS SEMANAIS (JORNADA DE TRABALHO)	PL 2443/2019	PL 1737/2019	23/04/2019	Mauro Nazif - PSB/RO	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, para dispor sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos, técnicos e auxiliares de laboratório de análises clínicas, 30 horas semanais.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	21/05/2019 - Defiro e retirada do Projeto de Lei n. 1.737/2019, nos termos do art. 104, caput, c/c o art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Por conseguinte, submete-se o Projeto de Lei n. 2.443/2019, que fora apensado ao Projeto de Lei n. 1.737/2019, à apreciação conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), sob o regime de tramitação ordinária. Publique-se. Arquive-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 2.443/2019: A CSSF, à CTASP, à CFT (art. 54 do RICD) e à CCJC (art. 54 do RICD)
FARMÁCIA VETERINÁRIA	PL 5306/2019		01/10/2019	Domingos Sávio - PSDB/MG	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Dispõe sobre a responsabilidade técnica em estabelecimentos que industrializem, fabricarem, comercializem ou armazenem produtos de uso veterinário e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	03/10/2019 - As Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

FARMÁCIA VETERINÁRIA	PL 2197/2019	PL 10953/2018	10/04/2019	Adriano do Baldy - PP/GO		Dispõe sobre a implementação, criação e controle da farmácia veterinária popular e de outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	25/04/2019 - Apense-se (leia) PL-10953/2018. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
FARMÁCIA VETERINÁRIA	PL 10993/2018	PL 1374/2015	20/11/2018	Carlos Henrique Gagum - DEM/TO		Institui Hospitais Públicos Veterinários e Postos de Saúde para atendimento de animais que precisam de cuidados médicos, prioritariamente à animais que foram abandonados.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-69/2019.
FARMÁCIA VETERINÁRIA	PL 1374/2015	PL 5236/2009	05/05/2015	Goulart - PSD/SP		Institui Hospitais Públicos Veterinários e Postos de Saúde para atendimento de animais e de outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2016 - Determino, de ofício, a desapensação do Projeto de Lei n. 1.374/2015 do Projeto de Lei n. 6.434/2013 e a sua apensação ao Projeto de Lei n. 5.236/2009, que tramita apensado ao Projeto de Lei n. 215/2007, nos termos do art. 142, caput, e do art. 145, inciso II, alínea "b", do RICD. Em seguida, dispense-se o Projeto de Lei n. 6.434/2013 do Projeto de Lei n. 5.236/2009. Por conseguinte, distribua-se o Projeto de Lei n. 6.434/2013 às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Segurança Social e Família; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, art. 24, II, do RICD, e sob o regime de tramitação ordinário. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial Publique-se.
FRALDAS	PL 6872/2013	PL 328/2011	03/12/2013	Ricardo Izar - PSD/SP	Apensado ao PL 328/2011	Altera o § 2º, do art. 15, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispensação de fraldas geriátricas por intermédio do Sistema Único de Saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-130/2019
MEDICAMENTO - ALTERAÇÃO NA VALIDADE	PL 2032/2019		03/04/2019	Hiran Gonçalves - PP/RN	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para permitir a alteração no prazo de validade de uso de medicamentos, baseada em evidências científicas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	06/06/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Designado Relator, Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RN)
MEDICAMENTO - CMED	PDL 106/2019		11/04/2019	Juininho do Pseudem/RJ	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Susta a Resolução nº 2, de 26 de março de 2019, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, que Estabelece procedimentos para o monitoramento e liberação dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços de medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	15/04/2019 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - DEDUÇÃO IRPF	PL 8902/2017	PL 6270/2013	19/10/2017	Roberto Sales - PRB/RJ		Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das despesas com aquisição de medicamentos de uso contínuo da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	26/10/2017 - Apense-se (leia) PL-6270/2013. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
MEDICAMENTO - DEDUÇÃO IRPF	PL 6873/2017	PL 5854/2013	09/02/2017	Moses Rodrigues - PMDB/CE		Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos na dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	02/03/2017 - Apense-se este (leia) PL-5854/2013. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - (Art. 24, II, do RICD). Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
MEDICAMENTO - DISTRIBUIDORA E DISPONIBILIZAÇÃO DE GÊNERICOS	PL 201/2015		04/02/2015	Pompeo de Mattos - PDT/RS	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as empresas distribuidoras de medicamentos, com sede ou atuação no País, colocar à disposição de todas as drogarias e farmácias os medicamentos genéricos aprovados pelo Governo Federal e de outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	06/12/2016 - Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 201/2015, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, g, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.
MEDICAMENTO - EM SUPERMERCADOS	PL 1774/2019		26/03/2019	Glaustin Fokus - PSC/GO	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Acrescenta o §2º ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para autorizar os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	06/05/2019 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - EMBALAGEM	PL 4388/1998	PL 576/1995 (6), PL 814/1995, PL 1324/1995 (1), PL 3630/2008, PL 3122/1997, PL 3550/1997, PL 4078/1998, PL 2706/2000, PL 3069/2000, PL 3084/2000, PL 974/2007, PL 6107/2009	08/05/1998	Senado Federal- Julio Campos - PFL/MT	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - ORIGEM PLS 325/1995	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e de outras providências. Dispõe que tais produtos só poderão ser expostos à venda ou entregues ao consumo em embalagens lacradas nas quais constem o número do lote e a data de validade, gravados de forma indeletível na própria embalagem ou em seu rotulo.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	10/07/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Designado Relator, Dep. Dr. Leonardo (SOLIDARI-MT) - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
MEDICAMENTO - ENTREGA DOMICILIAR	PL 4746/2012	1836/2007	21/11/2012	Rodrigo Maia - DEM/RJ	Apensado ao PL 1836/2007	Fica instituída a entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes regularmente inscritos nos programas para tratamento de doenças e agravos em todos os municípios do território nacional nos termos desta Lei.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	02/09/2019 - Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-1836/2007
MEDICAMENTO - FARMÁCIA POPULAR	PL 8301/2017	PL 9919/2018	16/08/2017	Marco Maia - PT/RS	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Acrescenta dispositivos a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para modificar o Programa Farmácia Popular do Brasil criar o Aquiltem Farmácia Popular e dar outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	08/09/2017 - As Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - FRACIONAMENTO	PL 491/2015	PL 2736/2015, PL 2216/2019	26/02/2015	Jorge Solla - PT/BA	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)	Acresce o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e de outras providências", estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	09/03/2015 - As Comissões de Defesa do Consumidor; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

MEDICAMENTO - IMPORTAÇÃO	PL 3571/2019	Apensado ao PL 2036/2019	17/06/2019	Heilo Lopes - PSL/RJ	Apense-se à(ao) PL-2036/2019. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões	Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que "Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", para tratar da importação de medicamentos e insumos farmacêuticos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	16/07/2019 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/07/2019.
MEDICAMENTO - ISENÇÃO DE TRIBUTOS	PLP 83/2019	PLP 140/2012	27/03/2019	Célio Studart - PV/CE	Apensado ao PLP 140/2012	Altera a Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996, (Lei Kandir) para incluir os medicamentos de uso humano e de uso animal no rol de produtos isentos do ICMS	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	04/04/2019 - Apense-se à(ao) PLP-140/2012. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)
MEDICAMENTO - ISENÇÃO DE TRIBUTOS	PLP 140/2012		29/02/2012	Eduardo da Fonte - PP/PE	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Isenta do ICMS os medicamentos de uso contínuo, assim entendidos aqueles usados no tratamento de doenças crônicas, os quais o paciente deverá fazer uso ininterruptamente. Altera a Lei complementar nº 87, de 1996.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	22/08/2019 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Flavio Nogueira (PDT-PI)
MEDICAMENTO - LABORATÓRIO OFICIAL - AQUISIÇÃO PACIENTE	PL 3044/2019		21/05/2019	Aureo Ribeiro - SOLIDARI/RJ	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, a fim de permitir que prescrição médica, emitida por médico que atenda em hospitais e clínicas, públicas ou privadas, seja suficiente para aquisição de medicamentos produzidos por laboratórios oficiais da União ou dos Estados, bem como medicamentos e outros insumos de finitos como necessários para a atenção à saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	27/05/2019 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - LISTAGEM FARMÁCIA POPULAR	PL 11010/2018	PL 10234/2018	21/11/2018	Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO	Apensado ao PL 10234/2018	"Obriga a divulgação de listagem, por meio eletrônico ou de comunicação, com os medicamentos que são distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nos estabelecimentos comerciais que revendam estes medicamentos."	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	27/11/2018 - Apense-se à(ao) PL-10234/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - LISTAGEM FARMÁCIA POPULAR	PL 37/2015		02/02/2015	Sergio Vidigal - PDT/ES		Estabelece a obrigatoriedade das farmácias de todo País que participam do Programa Federal "Farmácia Popular", a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados por esse Programa.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	23/05/2019 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária - Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 90/2019/PS-GSE.
MEDICAMENTO - LISTAGEM SUS	PL 10234/2018	PL 10234/2018	15/05/2018	Victor Mendes - PMDB/MA		"Obriga a divulgação de listagem com os medicamentos que são distribuídos gratuitamente à população pelo SUS, nos estabelecimentos comerciais que revendam estes medicamentos."	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	22/05/2018 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - LISTAGEM SUS	PL 3651/2019	Apensado ao PL 5610/2016	19/06/2019	Frei Anastacio Ribeiro - PT/PB	Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar as farmácias públicas que compõem o Sistema Único de Saúde a afixarem, em local visível, listagem com os medicamentos disponíveis na respectiva unidade.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	12/07/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se à(ao) PL-5610/2016. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD). 16/07/2019 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/07/2019.
MEDICAMENTO - LISTAGEM SUS	PL 9300/2017		11/12/2017	Eduardo Cury - PSD/SP	Aguardando habilitação do prazo para apresentação de recurso	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos estoques dos medicamentos presentes nas farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde - SUS.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	21/12/2017 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - LISTAGEM SUS	PL 5610/2016	PL 5274/2013	15/06/2016	Rômulo Gouveia - PSD/PB	Apensado ao PL 5274/2013	Acrescenta parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar a divulgação periódica dos medicamentos em estoque nas farmácias públicas do SUS.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	27/06/2016 - Apense-se à(ao) PL-5274/2013. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária
MEDICAMENTO - PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS	PL 4537/2016		24/02/2016	Clarissa Garotinho - PR/RJ	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dispõe sobre a divulgação de programas de benefícios oferecidos pelas laboratórias farmacêuticas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	03/03/2016 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária
MEDICAMENTO - PROÍBE AQUISIÇÃO VIA INTERNET	PL 3213/2004	PL 3324/2000	23/03/2004	Sandro Mabel - PL/GO	Apensado ao PL 3324/2000	Acresce parágrafo ao art. 5º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para proibir o comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos pela Internet.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-130/2019
MEDICAMENTO - REDISTRIBUIÇÃO	PL 4094/2019		12/07/2019	Paulo Bengtson - PTB/PA	Tramitando em Conjunto	Institui diretrizes para distribuição à população de medicamentos oriundos de doações, no âmbito federal, estadual e municipal.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	02/10/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Delibido o Requerimento n. 2.516/2019, conforme despacho do seguinte teor: Defiro o Requerimento n. 2.516/2019, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Desapense-se do Projeto de Lei nº 211/2019 o Projeto de Lei nº 4.091/2019. Em consequência, dou ao Projeto de Lei nº 4.091/2019 o seguinte despacho de distribuição: As Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD) sob o regime ordinário de tramitação (art. 151, III, do RICD)
MEDICAMENTO - REGISTRO	PL 2233/2019		10/04/2019	Rejane Dias - PT/PI	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dispõe sobre incentivos fiscais e registro sanitário simplificado de medicamentos órfãos. Altera as Leis nº 10.637, de 2002; 10.833, de 2003; 10.147, de 2000 e 10.865, de 2004.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	02/10/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária Proferido parecer pelo relator, Dep. Alexandre Padilha Descutit e a Materia a Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP). Aprovado por Unanimidade o Parecer.
MEDICAMENTO - REGISTRO	PL 2216/2019	PL 491/2015	10/04/2019	Magda Mofatto - PR/GO	Apensado ao PL 491/2015	Acresce dispositivos ao art. 22 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e fracionamento de medicamentos para dispensação, e dá outras providências	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	23/04/2019 - Apense-se à(ao) PL-491/2015. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - REGISTRO	PL 2036/2019	PL 2730/2019, PL 3533/2019, PL 4492/2019, PL-3571/2019, PL-3847/2019	03/04/2019	Hiran Gonçalves - PP/RR	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, para aprimorar o registro de medicamentos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	23/04/2019 - As Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)

MEDICAMENTO - RESSARCIMENTO	PL 3171/2000	PL 3211/2000; PL 3899/2000 - PL 2099/1999 (1); PL 7446/2002; PL 3167/2008 (1); PL 3749/2008; PL 6756/2010	01/06/2000	Senado Federal - Arlindo Porto - PTB/MG		Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), dispondo sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo não disponíveis na rede local do Sistema.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	31/01/2019 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) (Fim de Legislação) O Relator, Dep. Mário Negromonte Jr., deixou de ser membro da Comissão
MEDICAMENTO - RESSARCIMENTO	PL 3211/2000	PL 3171/2000	13/06/2000	José Carlos Coutinho - PFL/RS	Apensado ao PL 3171/2000	Acrescenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o inciso XIII e dá outras providências. Obriga a direção municipal do SUS ressarir os usuários dos gastos com medicamentos de uso contínuo, prescritos por médico integrante do SUS e não disponível nas farmácias próprias ou da rede conveniada.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	16/06/2000 - APENSE-SE AO PL 3171/00.(DESPACHO INICIAL) DCD 17 06 00 PAG 32883 COL 01.
MEDICAMENTO - RESSARCIMENTO	PL 13/2015		02/02/2015	Lucas Vergilio - SD/GO	Promita para Pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Inclui os medicamentos para disfunções tireoidianas, fibromiálgia, artrite reumatoide, ansiedade e depressão na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que "autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências".	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	18/09/2019 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.
MEDICAMENTO - RESSARCIMENTO	PL 2281/2019	PL 9970/2018	15/04/2019	Boca Aberta - PROS/PR	Apensado ao PL 9970/2018	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), dispondo sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo não disponíveis na rede local do Sistema.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	10/05/2019 - Apense-se a(ao) PL-9970/2018. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - RESSARCIMENTO	PL 9970/2018		05/04/2018	Renata Abreu - PODE/SP	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Acrescenta o art. 19-V à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar o Sistema Único de Saúde a adquirir medicamentos de alto custo na rede de farmácias privadas, ou a ressarcir os pacientes, no caso de falta desses medicamentos nos estoques das farmácias públicas.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	07/06/2018 - Em razão da Decisão da Presidência de 23 de maio de 2018, que tornou sem efeito a devolução das proposições apresentadas sem a estimativa de impacto orçamentário e financeiro referida no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, determina a distribuição do PL 9970/2018 às Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24. 19/Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)
MEDICAMENTO - RESSARCIMENTO	PL 6756/2010	PL 3171/2000	05/02/2010	Senado Federal - Expedito Júnior - PSDB/RO	Apensado ao PL 3171/2000	Institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	05/02/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 142/2010, do Senado Federal, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, constante dos autôgrafos em anexo, que "institui a distribuição gratuita de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) pelas farmácias e drogarias comerciais às pessoas carentes mediante ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde"
MEDICAMENTO - SUS PRODUÇÃO	PL 1069/2019	PL 4123/2019	22/02/2019	José Medeiros - PODE/MT	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a participação do Sistema Único de Saúde (SUS) na produção de medicamentos.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	12/07/2019 - Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BR), pela aprovação, com substitutivo
MEDICAMENTO - VENDA DIRETO INDÚSTRIA	PL 3324/2000	PL 3460/2000; PL 3213/2004; PL 3410/2004; PL 5148/2013; PL 5801/2016; PL 8012/2017; PL 8012/2017; PL 8537/2017	29/06/2000	CPI - MEDICAMENTOS	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Altera a Lei nº 5.991, de 19 de dezembro de 1973. Proíbe as farmácias e drogarias de venderem produtos que não estejam relacionados com a saúde; autorizando a comercialização de remédios diretamente entre o laboratório produtor e o usuário, através de serviço postal dos Correios.	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	19/02/2019 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-130/2019. - 28/06/2019 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Designado Relator, Dep. Dr. Jaziel (PL-CE)
TERAPEUTA FLORAL	PL 11005/2018		21/11/2018	Giovani Cherini - PR/RS	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Floral e dá outras providências.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Ordinária (Art. 151, III, RICD)	04/12/2018 - As Comissões de Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)